



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PLANO DE ENSINO

Identificação

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO

Curso: ADMINISTRAÇÃO - NOTURNO/CAMPUS CUIABÁ

Nível: Graduação

Código: 20115733 Período: 20211 Turma: HO

Unidade Ofertante: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Carga Horária Teórica: 64 horas Carga Horária Prática: 0 horas Carga Horária Campo: 0 horas Carga Horária Total: 64 horas

Tipo de Disciplina: OBRIGATÓRIO

Professor(a)(s):

- HENRIQUE AUGUSTO VIEIRA

Status: Homologado

Ementa

Definição e posição do Direito Administrativo entre as disciplinas jurídicas. História e evolução do direito administrativo no mundo e no Brasil. Princípios fundamentais do direito administrativo. Administração pública centralizada e descentralizada. Servidores Públicos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Atuação do estado no domínio econômico e intervenção na propriedade privada. Poderes hierárquicos, Regulamentares e de política. Responsabilidade civil do estado. Cont

Justificativa

Preende-se expor conteúdo essencial no cotidiano do profissional do administrador, em qualquer área de atuação, uma vez que será estudado as relações jurídicas no âmbito da Administração Pública e, as relações desta com a sociedade, seja na prestação de serviços públicos ou nas contratações com empresas privadas.

Tendo em vista a suspensão das atividades presenciais, a presente disciplina será ofertada através de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos do art. 4º, I da Resolução 87 do CONSEPE.

Objetivo Geral

Instrumentalizar os acadêmicos, oportunizando-lhes noções e conceitos do Direito Administrativo, objetivando, sobretudo, despertar uma consciência jurídica com os métodos e práticas administrativas.

Objetivos Específicos

Estimular a pesquisa jurídica, através da leitura e análise de doutrina e legislação, essenciais aos profissionais de administração. Identificar as normas jurídicas relacionadas às atividades estatais e os reflexos perante as sociedades empresárias. Estudar os institutos jurídicos pertinentes.

Conteúdo Programático

Tópico / Subtópico

Tópico / Subtópico
<p>➡ 1 - Introdução, regime jurídico-administrativo e poderes administrativos</p> <p>1.1 Noções de Estado, de governo e de Administração pública; 1.1.1 Conceito; 1.1.2 Elementos; 1.2 Direito Administrativo; 1.2.1 Conceito; 1.2.2 Objeto; 1.2.3 Codificação e Fontes; 1.3 Regime Jurídico Administrativo; 1.3.1 Definição; 1.3.2 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública; 1.4 Poderes da Administração Pública; 1.4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar, de polícia; 1.4.2 Uso e abuso do poder; 1.4.3 Controle judicial da atividade administrativa discricionária; 4.4 Discricionariedade e vinculação.</p>
<p>➡ 2 - Organização administrativa</p> <p>2.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; 2.2 Administração direta; 2.2.1 Órgãos públicos; 2.3 Administração indireta; 2.3.1 Autarquias; 2.3.2 Fundações pública; 2.3.3 Empresas públicas; 2.3.4 Sociedades de Economia Mista; 2.4 Entidades paraestatais e terceiro setor; 2.4.1 Serviços sociais autônomos; 2.4.2 Entidades de apoio; 2.4.3 Organizações sociais; 2.4.4 Organizações da sociedade civil de interesse público.</p>
<p>➡ 3 - Atos administrativos</p> <p>3.1 Ato administrativo; 3.1.1 Conceito; 3.1.2 Atos vinculados e atos discricionários; 3.2 Elementos ou requisitos do ato administrativo; 3.2.1 Competência; 3.2.2 Finalidade; 3.2.3 Formas; 3.2.4 Motivo; 3.2.5 Objeto; 3.3 Atributos; 3.3.1 Presunção de veracidade; 3.3.2 Presunção de legitimidade; 3.3.3 Imperatividade; 3.3.4 Exigibilidade; 3.3.5 Executoriedade ou autoexecutoriedade; 3.3.6 Tipicidade; 3.4 Fases de constituição do ato administrativo; 3.5 Classificação dos atos administrativos; 3.6 Espécies de atos administrativos; 3.6.1 Atos normativos; 3.6.2 Atos ordinatórios; 3.6.3 Atos negociais; 3.6.4 Atos enunciativos; 3.6.5 Atos punitivos; 3.7 Extinção do ato administrativo; 3.7.1 Cassação; 3.7.2 Anulação; 3.7.3 Revogação; 3.7.4 Convalidação; 3.7.5 Caducidade.</p>
<p>➡ 4 - Responsabilidade Civil do Estado</p> <p>4.1 Evolução histórica; 4.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; 4.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado; 4.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado; 4.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; 4.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; 4.5 Reparação do dano; 4.6 Direito de regresso.</p>
<p>➡ 5 - Controle da administração</p> <p>5.1 Controle exercido pela Administração Pública; 5.2 Controle judicial; 5.3 Controle legislativo; 5.4 Improbidade administrativa.</p>
<p>➡ 6 - Licitação</p> <p>6.1 Conceito; 6.2 Finalidades do procedimento licitatório; 6.3 Princípios norteadores da licitação; 6.3.1 Vinculação ao instrumento convocatório; 6.3.2 Julgamento objetivo; 6.3.3 Sigilo das propostas; 6.3.4 Procedimento formal; 6.3.5 Eficiência administrativa; 6.3.6 Isonomia; 6.4 Tipos de licitação; 6.5 Modalidades licitatórias; 6.5.1 Concorrência; 6.5.2 Tomada de preços; 6.5.3 Convite; 6.5.4 Concurso; 6.5.5 Leilão; 6.5.6 Pregão; 6.6 Procedimentos licitatórios; 6.7 Dispensa e inexigibilidade da licitação. 6.8 Legislação pertinente; 6.8.1 Lei nº 8.666/1993; 6.8.2 Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos); 6.8.3 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.</p>
<p>➡ 7 - Contratos administrativos</p> <p>7.1 Conceito; 7.2 Características; 7.3 Cláusulas exorbitantes; 7.4 Alteração contratual por vontade das partes; 7.5 Equilíbrio econômico-financeiro do contrato; 7.6 subcontratação nos contratos da administração; 7.7 Duração; 7.8 Formas de extinção do contrato administrativo; 7.9 Convênios; 7.10 Consórcios públicos; 7.11 Regime diferenciado de contratação; 7.12 Programas de parcerias de investimentos.</p>
<p>➡ 8 - Serviços públicos</p> <p>8.1 Conceito; 8.2 Elementos constitutivos; 8.3 Formas de prestação e meios de execução; 8.4 Delegação: concessão, permissão e autorização; 8.5 Classificação.; 8.6 Princípios.</p>
<p>➡ 9 - Agentes públicos</p> <p>4.1 Legislação pertinente; 4.1.1 Lei nº 8.112/1990; 4.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis; 4.2 Disposições doutrinárias; 4.2.1 Conceito; 4.2.2 Espécies; 4.2.3 Cargo, emprego e função pública; 4.2.4 Provimento; 4.2.5 Vacância; 4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade ;4.2.7 Remuneração; 4.2.8 Direitos e deveres; 4.2.9 Responsabilidade; 4.2.10 Processo administrativo disciplinar.</p>
<p>➡ 10 - Processo administrativo</p> <p>10.1 Introdução e conceito; 10.2 Finalidade do processo administrativo; 10.3 Princípios aplicáveis ao processo administrativo; 10.4 Processo Administrativo Federal: Lei nº 9.784/1999; 10.5 Competência administrativa: suspeição e impedimentos; 10.6 Fases do processo administrativo; 10.6.1 Instauração; 10.6.2 Instrução processual, defesa e relatório; 10.6.3 Decisão; 10.7 Motivação dos atos processuais; 10.8 Extinção do processo; 10.9 Anulação, revogação e convalidação de atos no processo; 10.10 Recursos administrativos e impugnações administrativas 10.11 Contagem de prazos; 10.12 Processo Administrativo Disciplinar</p>
<p>➡ 11 - Intervenção do estado na propriedade</p> <p>11.1 Direito de propriedade; 11.2 Fundamentos constitucionais; 11.3 Modalidades de intervenção; 11.4 Desapropriação; 11.5 Intervenções restritivas na propriedade privada</p>
<p>➡ 12 - Atuação do estado no domínio econômico</p> <p>12.1 Introdução; 12.2 Ordem Econômica e seus fundamentos; 12.2.1 Princípios da Ordem Econômica; 12.3 Formas de atuação do Estado; 12.4 Estado regulador; 12.4.1 Competências para intervenção; 12.4.2 Repressão ao abuso do poder econômico: trustes, cartéis e dumping; 12.5 Normas de repressão dos abusos; 12.5.1 Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; 12.5.2 Acordo de Leniência; 12.6 Estado executor; 12.6.1 Exploração direta em regime de livre concorrência; 12.6.2 Monopólio estatal</p>

Metodologia

a) METODOLOGIA: estudo dirigido e participativo-discursivo, com questionamentos para reflexão, dispoendo de análise de textos, de livros, de legislação e de casos concretos. Ainda, em razão da flexibilização do ensino, as aulas serão realizadas pelo professor por meio do sistema de videoconferência Google Meet, juntamente com o software de apresentações Prezi ou PowerPoint. Assim, os alunos podem, no decurso das aulas, fazer perguntas, expor ideias e sugerir leituras, de modo a fomentar o debate entre os colegas e a horizontalização do conhecimento.

b) TÉCNICAS: individualizado, coletivo e em grupos, objetivando favorecer aproximação, interação e diálogo, mediante: (i) aulas expositivas e dialogadas; (ii) leitura de textos e artigos; (iii) reflexão e análise de legislação e de casos práticos; (iv) resolução de exercícios de fixação; (v) seminários; (vi) avaliação de aprendizagem individual e/ou em grupos. Para tanto, serão utilizados seguintes recursos: computador, microfone, webcam, internet, sistema de videoconferência Google Meet, plataforma de armazenamento de vídeos YouTube, sistemas de apresentação Prezi e PowerPoint e outros materiais de apoio.

Avaliação

Seminários (de 90% a 100% - 1 ponto na nota final; de 70% a 89% - 0,5 pondo na nota final); bem como atividades objetivas e subjetivas, sendo (i) avaliação individual (A1), 1/3 da nota final; (ii) avaliação individual (A2), 1/3 nota final (iii) avaliação individual (A3), 1/3 da nota final, a serem disponibilizadas via sistema AVA. Tais atividades avaliativas serão aplicadas, preferencialmente após exposição de quatro unidades do programa da disciplina. Ao final do semestre, a nota final (NF) será calculada pela soma de todas as notas, divididas pelo número de avaliações, conforme demonstrado a seguir: $NF = (A1+A2+A3)/3$

Bibliografia

Básica

Referência	Existe na Biblioteca
MEIRELLES, Hely Lopes. BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito Administrativo brasileiro. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.	✓
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 10ª ed. São Paulo: Método, 2017.	✓

Complementar

Referência	Existe na Biblioteca
CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo. 7 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2020.	Não
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella: Direito administrativo. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.	✓
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 32.ed. São Paulo: Malheiros, 2015.	✓
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	✓
MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.	✓

Informações Adicionais

Aprovação

Aprovado em reunião do Colegiado do Curso realizada em ___/___/____.

_____, ___/___/____.

Coordenador(a) do Curso